

AVALIAÇÃO DO CONTROLE DAS CONTAS CONTÁBEIS DA DÍVIDA FLUTUANTE RELACIONADAS À FOLHA DE PAGAMENTO DE UMA PREFEITURA MUNICIPAL DO VALE DO AÇO

Ana Cristina Cavaliere NEVES (Unileste); Robson Kelli GONÇALVES (Unileste); Elizabete Marinho SERRA NEGRA (Unileste)

Introdução: A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo. Representa um compromisso de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário e/ou a financiamento de obras e serviços públicos. O controle e acompanhamento desta conta contábil passam ser essencial para gestão financeira das entidades públicas. A necessidade de conhecer sobre as contas contábeis da dívida flutuante relativas à folha de pagamento, que podem ter saldos que não retratam a realidade dos documentos arquivados que ainda não foram pagos. **Objetivo:** O objetivo do trabalho foi avaliar as rotinas de conferência das contas contábeis da dívida flutuante relacionadas à folha de pagamento do Controle Interno do Município de Timóteo, para garantir a veracidade dos saldos nelas existentes. **Metodologia:** Quanto ao objetivo a pesquisa classifica-se como exploratória do tipo estudo de caso. Foi desenvolvido e aplicado um questionário na prefeitura de Timóteo/MG, com intuito de comparar a teoria, previamente estudada, ao contexto onde está inserida a organização. Inicialmente se deu por análise dos relatórios mensais da dívida flutuante, razão financeiro de cada conta contábil, relatório de despesa extra orçamentária não paga para serem confrontados, no intuito de confirmação e/ou verificação de necessidade de correções de cada conta com seus respectivos documentos contábeis. A coleta dos dados se realizou por meio de entrevistas com servidores públicos com análise qualitativa. **Resultados:** Como resultado verificou-se que: 57,10% servidores diz existir a legislação, já uma boa parte diz não saber ou desconhecem existência da mesma; confirmando assim a falta do nivelamento de informações a respeito do assunto; 80% dizem que o servidor solicita por escrito os descontos em seu contracheque; 42,80% dos servidores não sabe ou desconhecem a existência desta autorização para que sejam efetuados os descontos; 57,1% dizem que os descontos ultrapassam os 30%, que é o limite máximo permitido; 71,40 servidores desconhecem a falta de observância deste limite máximo de 30% na folha de pagamento do servidor público; 85,70% diz não ter conhecimento dos descontos efetuados, mas pode se concluir que todos os repasses estão sendo feitos periodicamente, e; 85,70% tem a certeza de que são criadas novas contas, no setor de contabilidade, todas as vezes que são firmados novos convênios. **Conclusão:** Foi concluído que, realizando periodicamente as conferências e conciliações das contas do demonstrativo da Dívida Flutuante, poderá compreender a sua utilização e movimentação, além de possibilitar entender a relação entre tais contas com os referidos descontos na folha de pagamento do servidor.

Palavras-chave: Dívida flutuante. Consignação. Folha de pagamento.